

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.395 - SP (2019/0302738-3)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : VAGNER DA COSTA
ADVOGADO : VAGNER DA COSTA - SP057790
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : SANDRO DOS SANTOS SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SANDRO DOS SANTOS SILVA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Ap. n. 002073-47.2017.8.26.0616).

Consta dos autos que o paciente foi condenado a 8 anos e 2 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e 17 dias-multa, como incurso no art. 157, § 3º, 1ª parte, do Código Penal.

O Tribunal de origem deu parcial provimento ao apelo da defesa "para desclassificar a conduta do apelante Sandro dos Santos Silva para o delito previsto no art. 157, § 2º, inc. II, do Código Penal, impondo-lhe as penas de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e pagamento de 13 (treze) dias-multa" (e-STJ fl. 366). O acórdão ficou assim ementado (e-STJ fl. 368):

APELAÇÃO CRIMINAL Roubo qualificado Materialidade e autoria comprovadas - Absolvição Impossibilidade Laudo pericial que atesta a ocorrência de lesões corporais na vítima de natureza leve Desclassificação do delito do art. 157, §3º, 1ª parte, para o art. 157, §2º, inc. II, ambos do Código Penal - Reconhecimento da tentativa Descabimento Redução da pena Regime fechado Adequado - Recurso parcialmente provido.

Alega a defesa que "o paciente preenche todos os requisitos para expiar a pena imposta no regime semiaberto, já que injustamente iniciou o cumprimento da pena no regime mais gravoso, o fechado" (e-STJ fl. 5).

Requer, liminarmente e no mérito, a fixação do regime menos gravoso.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em

Superior Tribunal de Justiça

habeas corpus, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste *writ*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau informações atualizadas sobre o feito objeto do presente *writ*, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada acerca de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema desta impetração.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator